



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

SUBSTITUTIVO Nº 1, AO PROJETO DE LEI Nº 01 DE 2024

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL

Edson de Souza
Edson Souza
Vereador - 1º Secretário

Dispõe sobre a vedação ao acorrentamento, amarração e confinamento inadequado de cães e gatos, estabelece parâmetros mínimos de bem-estar animal, sanções administrativas acarretadas e outras providências, no âmbito do Município.

A Câmara Municipal de Cascavel, Estado do Paraná, aprova:

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
Recebido em: 19/12/25

Protocolo

Art. 1º Fica proibido, no território do Município de Cascavel, o acorrentamento, a amarração contínua ou o confinamento inadequado de cães e gatos que restrinjam a sua liberdade de locomoção e contrariem os princípios de bem-estar animal

§1º O bem-estar animal deve observar, no mínimo, os avanços do Modelo dos Cinco Domínios e as Cinco Liberdades, universalmente reconhecidas.

§ 2º O Modelo dos Cinco Domínios compreende:

- I – nutrição;
- II – ambiente;
- III – saúde;
- IV – comportamento e estado mental.

§ 3º As Cinco Liberdades de que trata esta Lei são:

- I – liberdade de fome e sede;
- II – liberdade de desconforto;
- III – liberdade de dor, lesão e doença;
- IV – liberdade de medo e estresse;
- V – liberdade para expressar comportamentos naturais

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I – confinamento inadequado: manutenção do animal em espaço, abrigo ou estrutura que comprometa sua integridade física, sanitária e comportamental, sem área suficiente para movimentos naturais e sem abrigo contra intempéries;

Art. 3º Ficam vedadas as seguintes condutas, constituindo infrações administrativas:

- I – privar o animal de atendimento veterinário quando necessário;
- II – manter o animal sem abrigo adequado às condições climáticas;
- III – alojar animal em local insalubre, sem limpeza regular;
- IV – empregar dispositivos ou método de punição que provoquem dor ou sofrimento;
- V – deixar de fornecer água potável e alimento em quantidade e qualidade suficiente;





Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

VI – utilizar cadeados na coleira, bem como qualquer dispositivo de encurtamento que limite o raio de movimento, ou mecanismos que possam causar estrangulamento ou ferimentos;

VII – manter o animal exclusivamente preso por correntes, cordas, cabos de aço ou similares.

Art. 4º Excepcionalmente e de forma temporária, admite-se o uso de sistema de vaivém (trolley) para contenção emergencial, por tempo estritamente necessário, desde que:

I – assegure área efetiva de circulação e enriquecimento ambiental;

II – não utilize enforcadores, coleiras pontiagudas ou dispositivos que causem dor;

III – adote exclusivamente coleira peitoral, ajustada ao porte;

IV – garanta água potável, alimentação e abrigo contra sol, chuva e frio;

V – mantenha limpeza do local e do animal;

VI – evite interação com animais agressivos ou potencialmente doentes;

VII – seja supervisionado por pessoa maior e responsável;

VIII – o imóvel seja fechado, com muros ou cercas que garantam segurança e impeçam a fuga do animal.

Art. 5º O descumprimento das disposições desta Lei sujeita o infrator às sanções administrativas:

I – advertência;

II – multa de 20 (vinte) UFMs – Unidade Fiscal do Município.

Parágrafo único. Em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro, sem prejuízo das demais sanções.

Art. 6º As infrações administrativas dispostas nesta lei não afastam a responsabilização civil e penal por maus-tratos.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que for necessário para a sua aplicação.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação.

Palácio José Neves Formighieri, 74º aniversário de Cascavel.
Cascavel, 8 de dezembro de 2025.

Cleverson Sibulski
Vereador/UNIÃO

Serginho Ribeiro
Vereador/PSD

f. moaol

Policial Madril
Vereador/PP





Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Justificativa:

O presente Substitutivo tem por finalidade elevar o padrão de proteção a cães e gatos no Município de Cascavel/PR, vedando o acorrentamento contínuo e o confinamento inadequado, em consonância com as melhores práticas nacionais e internacionais de bem-estar animal e de saúde pública.

A literatura científica e as evidências empíricas observadas no comportamento animal têm contribuído significativamente para o reconhecimento da senciência de diversos animais. Pesquisas em neurociência demonstram semelhanças estruturais e funcionais entre os cérebros de humanos e de outros animais, especialmente no que se refere à percepção, emoção e cognição. Do mesmo modo, a observação de comportamentos complexos — como cuidado parental, brincadeiras, aprendizado, comunicação e empatia — revela que tais animais possuem vida emocional e mental própria. Ademais, diversas espécies manifestam respostas fisiológicas e comportamentais a estímulos ambientais que evidenciam dor, prazer, medo, estresse e outras emoções, reforçando sua capacidade de sofrimento e, portanto, a necessidade de proteção jurídica adequada.

Manter um animal desacorrentado, sempre que possível, é medida essencial ao seu bem-estar físico e psicológico. A contenção prolongada por correntes ou cordas acarreta estresse, desconforto e restrição à liberdade de movimento, podendo gerar lesões na pele, danos musculares, ansiedade e comportamentos agressivos. A privação constante de mobilidade ou de interação social pode provocar isolamento, tristeza, latidos excessivos, rosnados, agressividade e até comportamentos autodestrutivos.

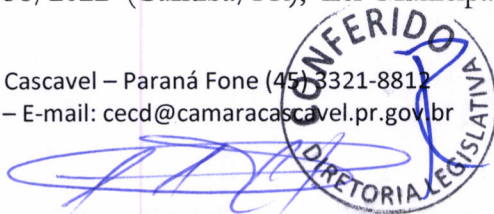
Ademais, animais mantidos por longos períodos em correntes estão sujeitos a acidentes graves, como estrangulamento, asfixia, enrolamento do dispositivo de contenção ou ataques de terceiros. A limitação de exercício físico e estímulos ambientais também prejudica seu desenvolvimento saudável. Ressalte-se que cães e gatos submetidos a esse tipo de restrição podem representar risco à segurança pública, especialmente quando desenvolvem comportamentos agressivos decorrentes de estresse e falta de socialização.

Evidentemente, a contenção eventual do animal pode ser necessária em situações específicas. Contudo, tal medida deve ser estritamente temporária, observando-se o respeito integral ao bem-estar físico e emocional do animal. Nesse sentido, a proposta regulamenta, de forma clara e objetiva, as condições nas quais o aprisionamento poderá ser excepcionalmente adotado, assegurando liberdade mínima de movimentos, abrigo adequado contra intempéries, acesso contínuo a água e alimento, além de condições que impossibilitem danos mecânicos, como lesões, desconfortos graves ou risco de asfixia.

Por essas razões, o Substitutivo estabelece a obrigatoriedade de utilização do sistema de contenção do tipo "vaivém", vedando o uso de coleiras exclusivamente cervicais e de enforcadores. Recomenda-se a utilização de coleiras do tipo peitoral, que envolvem de forma segura e confortável o tronco do animal, reduzindo riscos de lesões e garantindo maior proteção à sua integridade física.

É de conhecimento público a ocorrência de acidentes envolvendo cães e gatos que acabam asfixiados ou lesionados por ficarem presos em correntes inadequadas ou dispositivos de estrangulamento, resultando, em muitos casos, em graves sequelas ou óbito.

Diversas capitais e grandes municípios brasileiros vêm modernizando sua legislação, tipificando administrativamente os maus-tratos e regulamentando a proibição de manter animais acorrentados, a exemplo da Lei Municipal nº 16.038/2022 (Curitiba/PR), Lei Municipal nº



P. Menezes
ch



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

9.643/2014 (Florianópolis/SC), Lei Municipal nº 11.412/2022 (Belo Horizonte/MG), Lei Municipal nº 11.281/2023 (Presidente Prudente/SP) e Lei Municipal nº 16.489/2023 (Campinas/SP).

Ante tudo o que foi exposto, e diante da grande importância do tema, pedimos o apoio aos nobres pares a aprovação deste projeto de lei.

P. Medeiros

